

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS NO SÉCULO XVIII : CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Maria Alice Lopes¹, Marco Antonio Villarta-Neder²

1 – Faculdade de Educação – Universidade do Vale do Paraíba
Estrada Municipal do Limoeiro, 250 – Jardim Dora – 12300-000 – Jacareí – SP
maria_alicelps@yahoo.com.br

2 – Faculdade de Educação – Universidade do Vale do Paraíba
Rua Tertuliano Delphin Jr., 181 – Jd.Aquarius – 12246-080 – São José dos Campos – SP
marcovn@univap.br

RESUMO – Este trabalho pretende, através de leituras de documentos decorrentes de transcrições de cartas que fazem parte do Acervo da Biblioteca Nacional - RJ, estudar a relação entre a linguagem e a construção de identidades num dado momento histórico: o povoamento de São José dos Campos, em meados do século XVIII, época do Brasil-Colônia. Verificando as manifestações dos discursos dos componentes da população (brancos, negros, índios, mestiços), reivindicando cada um seu espaço, retratando as distâncias sociais e econômicas que existiam na época, tentaremos identificar a contribuição do interdiscurso como revelador de indícios da construção de identidades do povoado.

Palavras-chave: interdiscurso, identidade, ideologia, espaço

Área do conhecimento: Linguística, Letras e Artes

Justificativa

O uso da linguagem é ferramenta importante para o desenvolvimento do processo de construção de identidades, pois através dela é que são exteriorizadas concepções e visões de mundo. O ser humano só se dá conta de sua existência e se questiona a respeito dela, desde que pertença a um grupo, a uma sociedade. Os símbolos e as regras criadas por esta sociedade são absorvidos pelo indivíduo, passando a ser então, na sua concepção, o retrato de sua identidade.

A discussão sobre identidade se faz relevante face ao questionamento de que até que ponto visões e conceitos etnocêntricos que vigoraram até então, não inviabilizaram a compreensão e a percepção de certas características e transformações no processo de formação das identidades.

Por identidade podemos classificar o conjunto de particularidades de um grupo social: crença, raça, experiências, ritos. Essas particularidades são colocadas em evidência por meio do uso da linguagem, quando o sujeito produz seus significados:

“Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um ideal.” (HALL, 2000, p.106) [4]

No povoamento de São José dos Campos, com as reivindicações de cada um dos componentes do povoado, decorrentes de conflitos sociais e econômicos, torna-se relevante para estudo, como a linguagem utilizada pelos moradores (através de seus discursos) se constituiu em instrumento revelador da construção de identidades, delimitando espaços geográficos e culturais.

Materiais e Métodos

O *corpus* escolhido para estudo será um conjunto de cartas escritas no final do século XVIII, que faz parte do Acervo da Biblioteca Nacional – RJ, transcritas pela equipe do Projeto Pró-Memória – Laboratório de Pesquisa e Documentação Histórica do IP&D – Univap.

Os documentos a serem analisados, que retratam fatos ocorridos na Aldeia de São José, são dirigidos ao Governador da Capitania de São Paulo e registram as queixas dos maus tratos sofridos pelos índios e pelos religiosos que viviam na Aldeia. O causador desses maus tratos, segundo as cartas, era o Capitão Mor José de Araújo Coimbra.

A realização deste estudo se fará através da aplicação dos referenciais teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, proposta por Michel Pêcheux, na década de 60, século XX.

Discussão

A Análise do Discurso (AD) estuda o discurso como troca, produção de sentidos entre interlocutores e seus efeitos produzidos pela sua manifestação. Esse discurso pode ser verbal ou escrito, sendo que o estudo da AD dá enfoque às condições exteriores de produção do discurso, sem as quais ele não poderia ser constituído. Essas condições são os fatores históricos, sociais e ideológicos que atuam sobre o sujeito, determinando o seu dizer e os efeitos de sentido que serão gerados através desse dizer. O discurso não pode existir fora da sociedade. É um produto sócio-histórico:

“Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais.” (Brandão, 2004, p.11) [3]

O sujeito, quando produz sentido, o faz através de uma determinada posição, sob determinadas condições de produção. As condições de produção é que vão guiar o dizer: os fatores históricos, sociais e ideológicos que influem no sujeito, estarão presentes na construção dos sentidos produzidos por ele. É esse contexto que determina como será organizado o discurso. A relação entre a linguagem e a interpelação sofrida pelo sujeito devido à sua posição no contexto social, histórico e ideológico, compõe o sentido do texto.

Todo sujeito está inserido num momento histórico. Partindo deste ponto, podemos dizer que a história faz parte de seu discurso e que esse discurso produz efeitos de sentidos distintos, dependendo da ideologia de quem o recebe, o interpreta.

Segundo a AD, quando dizemos algo, somos interpelados por uma ideologia, uma visão de mundo inconsciente.

A ideologia é um conjunto de valores e regras que já trazemos conosco e que obedecemos inconscientemente. Faz-nos acreditar que o que somos e o que fazemos dentro da sociedade, e as relações que mantemos com indivíduos de um grupo social, surgem de maneira natural. Numa dada conjuntura ou situação de enunciação, essas regras e valores manifestam-se no discurso, determinando o que pode e deve ser dito ou não pode e não deve ser dito, caracterizando a Formação Discursiva (FD) a que pertence aquele discurso. A FD é responsável por um indivíduo produzir esse ou aquele sentido, sob influência da

ideologia numa determinada situação de enunciação.

O estudo dos textos que fazem parte do *corpus* nos revela o retrato das relações de poder existentes entre os indivíduos da população da Aldeia naquela época - o colonialismo português no Brasil. As reivindicações da população (principalmente a indígena) mostram o desejo de justiça e a luta pelo espaço social e cultural.

Estudos revelam o grande poder do trabalho dos jesuítas portugueses na colonização do Brasil, devido à influência que exerceram naquele processo. O jesuíta era um mediador entre a Coroa – o mundo civilizado e os nativos – um povo a quem deveria ser ensinada a doutrina cristã.

Soares (2004) [6], afirma que, é dessa forma, traduzindo suas palavras para os índios que os padres poderiam pregar/convertê-los, aculturando-os, fazendo com que eles assumissem a visão de mundo ocidental-cristã.

Através dessa visão ocidental-cristã, assimilada pelo indígena, sua queixa, conforme relatada abaixo, vem afirmar sua posição de cidadão injustiçado pelos maus feitos do dirigente da Aldeia – o Capitão Mor José de Araújo Coimbra, caracterizando a FD na qual está inserido: a do cidadão submisso ao representante do Rei, no caso, o Governador, que possui um cargo mais elevado que o Capitão Mor:

“Aos pes de V.Ex.^a se vem queichar os Indios da aldeã de S.Joze das inçolencias do director della p.^a cujo fim vam 3 indios ...” [1]

De maneira inconsciente, o sujeito assume uma posição ao produzir seu discurso. Sem se dar conta, seu discurso é constituído de dizeres do Outro. Seu dizer é marcado, atravessado por discursos que ouviu de outros indivíduos, que assumiram outras posições, sob outras condições de produção, apesar do enunciador acreditar que aquele discurso é seu, único, nunca havia sido formulado antes. Essa relação entre discursos é definida como interdiscurso. O sentido que acaba sendo produzido pelo sujeito não é neutro, portanto.

Segundo Orlandi (2005, p.32) [5], o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras.

É o que podemos perceber no seguinte trecho, fragmento extraído de uma das cartas analisadas, que menciona a relação do Capitão Mor com a Igreja:

“...que somos Índios somos filhos de D.^s christaons bautizados i sintimos os desprezos que nos fazem [...] he tam inimigo da Igreja, e de todo o bem espiritual que empidio o emsinarsse a doutrina cristan costume antigo e ouvir missa de madrugada o que V.Ex.^a ordenou...” [1]

Na Formação Discursiva (FD) do indígena, assumindo a posição de uma pessoa cristã – obediente ao colonizador e à Coroa, sua fala é atravessada pelo interdiscurso: há a presença no discurso do índio, do discurso do colonizador, que transmite a idéia de que ser cristão implica em ser respeitado. Respeito este reivindicado pelo colonizado em relação ao Capitão Mor. Ao mesmo tempo o texto tem caráter de denúncia, pelo fato do Capitão Mor infringir as regras cristãs, determinadas pela Igreja e pela Coroa.

A partir da imagem, da representação que o indígena faz de seu interlocutor – o Governador, pessoa a quem dirige suas queixas, podemos identificar o mecanismo da Formação Imaginária. A Formação Imaginária se manifesta no processo discursivo através da antecipação e das relações de força e de sentido.

Pela antecipação, o sujeito se coloca na posição de seu interlocutor, ouvindo suas palavras. Seu argumento é regulado de tal forma, que fará uso desse ou daquele discurso, de acordo com o efeito de sentido que pensa produzir no ouvinte. Podemos perceber que, da perspectiva de quem enuncia, formula o dizer abaixo, o discurso do índio chama a autoridade do Governador, procurando induzi-lo a tomar providências:

“...e V.Ex.^a não há de permitir semelhantes couzas e destruiçoens deonrras [sic] pois isto não he serviço de D.^s nem de Sua Mag.^e...” [1]

Nas relações de força, as palavras significam a partir da posição na qual o sujeito se estabelece. Nos trechos estudados, a palavra do indígena significa a partir do lugar em que ele se posiciona: componente de uma sociedade que é constituída pelas relações de poder, onde sua posição é de cidadão, obediente às ordens, merecedor de respeito e consideração.

As relações de sentido nos remetem ao conceito de que não há um discurso que não mantenha relação com outros.

Em um determinado trecho da carta, o índio manifesta sua revolta em relação ao tratamento que recebe do diretor:

“...tratanos como negros contra as ordens de Sua Mag.^e descompondo os oficiais com palavras desonestas sempo [sic] com o diabo na boca ...” [1]

A relação de sentido se dá pelo fato do discurso indígena apontar para um dizer que é do colonizador. O discurso do índio é sustentado por outro, o do português. Essa sustentação é baseada na existência de uma lei, uma ordem, de não se chamarem aos índios de negros, postulada no 10º parágrafo do Diretório dos Índios.

A relação de sentido resulta do conhecimento que o índio tinha da lei que havia sido firmada no Diretório e de sua referência ao não cumprimento de tal mandamento.

Segundo Almeida (1997) [2], o Diretório dos Índios foi uma lei colonial, que vigorou entre 1757 e 1798, a fim de instruir o comportamento do colonizador em relação às populações indígenas, envolvidas nos empreendimentos de definição da fronteira norte do Brasil e seu povoamento. Aplicado primeiro ao governo das povoações indígenas do norte e depois, recomendado como expressão única do comportamento do colonizador em relação aos índios do Brasil, o Diretório foi lei geral até sua extinção pela Carta Régia de 12 de maio de 1798.

A identidade do povoado vai se moldando, em virtude da assimilação dessas regras pelos habitantes da Aldeia.

No processo da colonização, o indígena passa a valorizar as regras que lhe foram passadas pelos portugueses, porque se situa como cidadão que faz parte daquela sociedade.

A identidade se constitui não só pela representação que o indígena tem de si mesmo, mas também pelo deslocamento de sua posição, devido à representação que ele tem do português e às ações que toma a partir deste novo posicionamento.

A posição-sujeito do índio se desloca de acordo com o contexto em que ele se insere, significando socialmente através da manifestação de seu discurso, para atender às expectativas que aquele contexto reivindica.

Conclusão

Nos fragmentos estudados, o discurso do colonizador é parte constitutiva do discurso indígena. Portanto, é aí que o interdiscurso se materializa, no entrelaçamento das vozes do colonizador e do colonizado, contribuindo para a construção de identidade do índio daquela época. O indígena sofre uma transformação, que nos é mostrada pelo uso da linguagem, deixando presente a correspondência com as influências culturais que havia recebido até então pelos religiosos e portugueses. As leis impostas pelos

portugueses passam agora a ser as leis obedecidas pelos índios. A identidade do cidadão joseense começou a se formar ali, através das transformações ocorridas naquele povo, assumindo uma determinada posição e reivindicando seu espaço e os direitos que tal posicionamento permitia requerer. O interdiscurso é revelador desta transformação, pois a fala do indígena traz outras vozes de diferentes contextos, que atravessam sua posição-sujeito, determinando o sentido de seu discurso.

Os resultados deste trabalho ainda são parciais, sendo que estudos posteriores de trechos que possam relatar outras situações de conflitos sociais na época, poderão corroborar as afirmações anteriormente explicitadas.

Bibliografia

[1] ACERVO BIBLIOTECA NACIONAL (RJ). Catalogação Biblioteca Nacional: 23, 1, 5 nº110 A. Transcrição Projeto Pró-Memória. Disponível em:<<http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria>>.

[2] ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de "Civilização" no Brasil do Século XVIII*. Brasília, UNB, 1997.

[3] BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2004.

[4] HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org). Petrópolis: VOZES, 2000.

[5] ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*. Campinas: PONTES, 2005.

[6] SOARES, Lênin Campos. *O jesuíta: um tradutor de dois mundos*. Mneme – Revista Virtual de Humanidades, n.10, v.5, abr./jun.2004